



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

**NOTAS EXPLICATIVAS**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e consistem em informações complementares às apresentadas nos quadros das DCASP. O objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações, considerando os mais diversos usuários. Por isso, são claras, sintéticas e objetivas. Incluem informações exigidas pela legislação e outras consideradas relevantes, que não tenham sido suficientemente evidenciadas ou que não estão inseridas nas demonstrações. Este relatório está estruturado em quatro seções: informações gerais, políticas contábeis, demonstrativos contábeis e informações relevantes e declarações de regularidade de inventário.

**1. Informações Gerais**

O Tribunal de Justiça é um órgão do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, cadastrado no CNPJ sob o nº 83.845.701/0001-59, com sede na Rua Álvaro Millen da Silveira, 208, Centro, Florianópolis, SC, e estabelecimentos distribuídos por todo o estado catarinense, num total de 111 Comarcas constituídas.

São órgãos de julgamento do Tribunal de Justiça, segundo a Lei Complementar nº 148/96 e os Atos Regimentais nº 41/2000, 57/2002, 59/2003 e 85/2007:

- I - O Tribunal Pleno - com todos os membros do Tribunal;
- II - A Seção Civil e Seção Criminal;
- III - Os Grupos de Câmaras, o Grupo de Direito Civil, constituído pelas Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Câmaras de Direito Civil; o Grupo de Direito Comercial composto pelas Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Câmaras de Direito Comercial; e o Grupo de Direito Público integrado pelas Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Câmaras de Direito Público;
- IV - As Câmaras Cíveis Isoladas, com a denominação de Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Câmaras de Direito Civil; Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Câmaras de Direito Comercial; e, Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Câmaras de Direito Público;
- V - As Câmaras Criminais Isoladas, com a denominação de Primeira, Segunda e Terceira;
- VI - O Conselho da Magistratura.

A organização da Justiça nos Estados orienta-se pelas normas estabelecidas na Constituição Federal (artigos 93, 94, 96, III, 98, 100 e 125), pelas contidas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979) e pelas disposições da Constituição do Estado de Santa Catarina.

O art. 77 da Constituição Estadual enumera os órgãos que integram o Poder Judiciário do Estado: "I - o Tribunal de Justiça; II - os Tribunais do Júri; III - os Juizes de Direito e os Juizes Substitutos; IV - a Justiça Militar; V - os Juizados Especiais e as Turmas de Recursos; VI - a Câmara Regional de Chapecó; VII - os Juizes de Paz; VIII - outros órgãos instituídos em lei".

**2. Políticas Contábeis**

O Tribunal de Justiça vem, desde 2010, implementando ações, tendo em vista a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e o atendimento às determinações da Secretaria do Tesouro Nacional.

As demonstrações contábeis presentes nesta Prestação de Contas estão em conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis e foram extraídas do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF). A unidade monetária considerada nos demonstrativos é o real. A Prestação de Contas é composta pelos seguintes relatórios:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Patrimonial;

- Demonstração das variações Patrimoniais;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Balancetes e relatórios complementares;
- Notas Explicativas.

A normas sobre depreciação, amortização e exaustão dos bens do Poder Judiciário foram instituídas pela Resolução nº 34/2011 GP. O objetivo foi atender o inciso VI, § 3º, art. 50, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; o art. 103 da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964; as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público; bem como os Princípios de Contabilidade. Por isso, a conta de Depreciação Acumulada apresenta valores referentes aos bens adquiridos a partir de janeiro de 2010. Pela norma interna, ficaram dispensados desses procedimentos os bens na seguinte situação:

- I - vida útil inferior a um ano;
- II - valor inferior a mil reais;
- III - natureza cultural, interesse histórico, entre outros;
- IV - de uso comum, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;
- V - que não estejam alugados ou em uso;
- VI - terrenos.

O método de depreciação e amortização é o de quotas constantes. O valor residual (calculado sobre o valor de aquisição), a vida útil e as taxas de depreciação e amortização aplicadas são as seguintes:

| <b>Imobilizado</b>                              | <b>Vida Útil em anos</b> | <b>VI. Residual %</b> | <b>Depreciação %</b> |
|---|--------------------------|-----------------------|----------------------|
| Edificações                                     | 25                       | 10%                   | 4,0%                 |
| Instalações                                     | 10                       | 10%                   | 10,0%                |
| Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas | 10                       | 10%                   | 10,0%                |
| Equipamentos de Tecnologia da Informação        | 5                        | 10%                   | 20,0%                |
| Móveis e Utensílios                             | 10                       | 10%                   | 10,0%                |
| Aparelhos e Utensílios Domésticos               | 10                       | 10%                   | 10,0%                |
| Máquinas e Utensílios de Escritório             | 10                       | 10%                   | 10,0%                |
| Mobiliário em Geral                             | 10                       | 10%                   | 10,0%                |
| Aparelhos e Equipamentos de Comunicação         | 10                       | 20%                   | 10,0%                |
| Coleções de Materiais Bibliográficos            | 10                       | 0%                    | 10,0%                |
| Discotecas e Filmotecas                         | 5                        | 10%                   | 20,0%                |
| Veículos Diversos                               | 15                       | 10%                   | 6,7%                 |
| Veículos de Tração Mecânica                     | 15                       | 10%                   | 6,7%                 |
| Veículos de Uso da Secretaria                   | 5                        | 20%                   | 20,0%                |
| Veículos de Carga                               | 4                        | 25%                   | 25,0%                |
| Softwares                                       | 5                        | -                     | 20,0%                |

Quadro 1: taxas diversas do imobilizado.

O ajuste a valor realizável dos bens moveis e imóveis adquiridos, recebidos em doação ou construídos, em período anterior a 2010, foram reavaliados e ajustados a valor recuperável em 2015, nos termos da Resolução nº 34/2011 GP. O trabalho foi realizado por uma Comissão Especial, nomeada pelo Presidente do Tribunal de Justiça, composta por servidores das áreas de Contabilidade, Engenharia, Tecnologia da Informação e Patrimônio. Os laudos de Reavaliação foram entregues pela Comissão no mês de dezembro de 2015, porém, devido a problemas do Sistema de Patrimônio, ainda não foram contabilizados. Após os registros, esses bens deverão ser depreciados.

### **3. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES RELEVANTES**

#### **3.1 Balanço Financeiro**

Este demonstrativo apresenta as receitas e despesas para os exercícios de 2016 e 2017, conforme determina a Lei nº 4.320/64 e as normas da STN.

| <b>BALANÇO FINANCEIRO</b>                          |                          |                          |
|--|--------------------------|--------------------------|
| <b>INGRESSOS</b>                                   | <b>Jan a Dez/2017</b>    | <b>Jan a Dez/2016</b>    |
| <b>Receita Orçamentária (I)</b>                    | -                        | -                        |
| Ordinária  | -                        | -                        |
| Vinculada  | -                        | -                        |
| <b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>   | <b>2.511.341.674,86</b>  | <b>2.075.624.401,26</b>  |
| Transf. Recebidas para a Execução Orçamentária     | 2.407.592.481,95         | 1.897.492.931,41         |
| Transf. Recebidas Indep. da Execução Orçamentária  | 103.749.192,91           | 178.131.469,85           |
| <b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>       | <b>3.476.015.240,91</b>  | <b>3.442.837.539,33</b>  |
| Inscrição de Restos a Pagar Não Processados        | 22.664.306,51            | 19.426.820,70            |
| Inscrição de Restos a Pagar Processados            | 56.483.510,53            | -                        |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados        | 3.396.867.423,87         | 3.423.410.718,63         |
| <b>Saldo do Exercício Anterior (IV)</b>            | <b>5.835.193.225,57</b>  | <b>5.329.525.554,31</b>  |
| Caixa e Equivalente de Caixa                       | 5.835.193.225,57         | 5.329.525.554,31         |
| <b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>             | <b>11.822.550.141,34</b> | <b>10.847.987.494,90</b> |
| <b>Despesa Orçamentária (VI)</b>                   | <b>2.162.922.008,67</b>  | <b>1.757.013.419,52</b>  |
| Ordinária  | 1.765.528.333,17         | 1.548.029.884,51         |
| Vinculada  | 397.393.675,50           | 208.983.535,01           |
| Recursos Vinculados à Previdência Social           | 199.492.552,56           | 147.137.487,02           |
| Recursos Vinculados à Assistência Social           | 16.966.335,87            | 15.103.528,78            |
| Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte   | 10.963.757,88            | 10.529.190,45            |
| Outras Vinculações de Recursos                     | 169.971.029,19           | 36.213.328,76            |
| <b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b> | <b>103.749.192,91</b>    | <b>191.936.969,16</b>    |
| Transf Concedidas p/ Execução Orçamentária         | -                        | -                        |
| Transf. Concedidas Indep. da Execução Orçamentária | 103.749.192,91           | 178.131.469,85           |
| Transferências Concedidas Aportes RPPS             | -                        | 13.805.499,31            |
| <b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>        | <b>3.439.192.581,14</b>  | <b>3.063.843.880,65</b>  |
| Pagamento de Restos a Pagar Não Processados        | 6.272.838,93             | 10.365.684,26            |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados        | 3.432.919.742,21         | 3.053.478.196,39         |
| <b>Saldo para o Exercício Seguinte (IX)</b>        | <b>6.116.686.358,62</b>  | <b>5.835.193.225,57</b>  |
| Caixa e Equivalente de Caixa                       | 6.116.686.358,62         | 5.835.193.225,57         |
| <b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>          | <b>11.822.550.141,34</b> | <b>10.847.987.494,90</b> |

Quadro 2: Balanço Financeiro.

Observa-se que o balanço financeiro não exibe as receitas orçamentárias, haja vista que são registradas no Tesouro do Estado e repassadas ao Tribunal de Justiça na forma de cotas, sendo apresentadas na conta Transferências Recebidas para Execução Orçamentária. Estão também contemplados nessa conta os repasses efetuados pelo Tesouro do Estado para o pagamento de Precatórios, bem como recursos arrecadados pelo próprio Tribunal de Justiça. Os pagamentos restituíveis e valores vinculados incluem, principalmente, os desembolsos referentes a depósitos judiciais, precatórios extraorçamentários e retenções tributárias.

### 3.2 Balanço Orçamentário

Este demonstrativo apresenta o resultado da execução orçamentária e dos restos a pagar. É composto pelos quadros da Receita Orçamentária, Despesas Orçamentárias e Restos a Pagar não Processados.

Valores em R\$

| <b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>           | <b>PREVISÃO INICIAL</b> | <b>PREVISÃO ATUALIZADA</b> | <b>RECEITAS REALIZADAS</b> | <b>SALDO</b> |
|---|-------------------------|----------------------------|----------------------------|--------------|
| <b>Déficit</b>                          |                         |                            | <b>2.162.922.008,67</b>    | -            |
| Saldos Ex. Ant. (p/créditos adicionais) |                         |                            |                            |              |
| <b>Superávit Financeiro</b>             |                         | <b>348.759.135,38</b>      | <b>252.423.049,95</b>      | -            |

| <b>DESPESAS ORÇAMENT.</b>      | <b>DOTAÇÃO INICIAL</b>  | <b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b> | <b>DESPESAS EMPENHADAS</b> | <b>DESPESAS LIQUIDADAS</b> | <b>DESPESAS PAGAS</b>   | <b>SALDO DA DOTAÇÃO</b> |
|--------------------------------|-------------------------|---------------------------|----------------------------|----------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Despesas correntes             | 1.893.092.364,00        | 2.670.059.360,81          | 2.107.621.004,97           | 2.094.154.170,08           | 2.037.670.659,55        | 562.438.355,84          |
| Pessoal/enc. sociais           | 1.449.432.935,00        | 1.793.779.929,49          | 1.618.491.998,37           | 1.618.460.049,67           | 1.561.976.539,14        | 175.287.931,12          |
| Out. desp. correntes           | 443.659.429,00          | 876.279.431,32            | 489.129.006,60             | 475.694.120,41             | 475.694.120,41          | 387.150.424,72          |
| Desp de capital                | 35.432.346,00           | 94.180.805,86             | 55.301.003,70              | 46.103.532,08              | 46.103.532,08           | 38.879.802,16           |
| Investimentos                  | 35.422.346,00           | 94.170.805,86             | 55.301.003,70              | 46.103.532,08              | 46.103.532,08           | 38.869.802,16           |
| Inv. financeiras               | 10.000,00               | 10.000,00                 |                            |                            |                         | 10.000,00               |
| <b>TOT. DESPESAS SUPERÁVIT</b> | <b>1.928.524.710,00</b> | <b>2.764.240.166,67</b>   | <b>2.162.922.008,67</b>    | <b>2.140.257.702,16</b>    | <b>2.083.774.191,63</b> | <b>601.318.158,00</b>   |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>1.928.524.710,00</b> | <b>2.764.240.166,67</b>   | <b>2.162.922.008,67</b>    | <b>2.140.257.702,16</b>    | <b>2.083.774.191,63</b> | <b>601.318.158,00</b>   |

| Restos a Pagar não Processados | INSCRITOS                |                        | Liquidados          | Pagos               | Cancelados           | Saldo |
|--------------------------------|--------------------------|------------------------|---------------------|---------------------|----------------------|-------|
|                                | Em Exercícios Anteriores | Em 31/Dez Ex. Anterior |                     |                     |                      |       |
| <b>Despesas Correntes</b>      | -                        | <b>13.435.385,16</b>   | <b>6.256.490,49</b> | <b>6.256.490,49</b> | <b>7.178.894,67</b>  | -     |
| Pessoal/Encargos Sociais       |                          |                        |                     |                     |                      |       |
| Outras Desp. Correntes         | -                        | 13.435.385,16          | 6.256.490,49        | 6.256.490,49        | 7.178.894,67         | -     |
| <b>Despesas de Capital</b>     | -                        | <b>5.991.435,54</b>    | <b>16.348,44</b>    | <b>16.348,44</b>    | <b>5.975.087,10</b>  | -     |
| Investimentos                  | -                        | 5.991.435,54           | 16.348,44           | 16.348,44           | 5.975.087,10         | -     |
| <b>TOTAL</b>                   | -                        | <b>19.426.820,70</b>   | <b>6.272.838,93</b> | <b>6.272.838,93</b> | <b>13.153.981,77</b> | -     |

Quadro 3: Balanço Orçamentário.

O quadro referente a Receitas Orçamentárias apresenta déficit no valor de R\$ 2,16 bilhões, que é o valor das despesas empenhadas, haja vista que as receitas orçamentárias ficam contabilizadas no Tesouro do Estado, sendo repassadas ao Tribunal de Justiça como transferências financeiras para execução orçamentária. Considerando que, no exercício de 2017, as transferências recebidas para execução orçamentária totalizaram R\$ 2,41 bilhões, esse resultado pode ser avaliado como superavitário em R\$ 250 milhões. No exercício anterior, esse resultado foi superavitário em R\$ 140 milhões.

### 3.3 Balanço Patrimonial

Esta demonstração apresenta a posição patrimonial em 31 dezembro de 2017 e 2016. No ativo, estão demonstradas as contas que representam os recursos aplicados e no passivo, as origens desses recursos. No quadro seguinte apresenta-se o Balanço Patrimonial:

| Contas   | 31/12/2017              | 31/12/2017              |
|--|-------------------------|-------------------------|
| <b>ATIVO</b>   | <b>6.691.598.982,65</b> | <b>6.339.013.027,34</b> |
| <b>Ativo Circulante</b>                              | <b>6.169.643.309,86</b> | <b>5.843.525.549,80</b> |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                        | 6.116.686.358,62        | 5.835.193.225,57        |
| Créditos Decorrentes da Participação na RLD          | 40.500.693,31           | 0,00                    |
| Adiantamentos Concedidos a Pessoal                   | 1.630,00                | 1.000,00                |
| Estoques   | 10.283.301,26           | 8.240.498,66            |
| Prêmios de Seguros a Apropriar                       | 7.630,56                | 0,00                    |
| Assinaturas e Anuidades a Apropriar                  | 92.766,41               | 90.825,57               |
| Adiantamentos Concedidos a Fornecedores              | 2.070.929,70            | 0,00                    |
| <b>Ativo Não-Circulante</b>                          | <b>521.955.672,79</b>   | <b>495.487.477,54</b>   |
| <b>INVESTIMENTOS</b>                                 | 88.281,88               | 88.281,88               |
| <b>IMOBILIZADO</b>                                   | 464.574.319,18          | 452.047.957,92          |
| Bens Móveis  | 259.435.745,52          | 249.329.229,13          |
| Bens Imóveis   | 290.508.272,95          | 266.996.035,79          |
| (-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas   | (85.369.699,29)         | (64.277.307,00)         |
| <b>INTANGÍVEL</b>                                    | 57.293.071,73           | 43.351.237,74           |
| Softwares  | 97.422.100,44           | 67.683.251,01           |
| (-) Amortização Acumulada                            | (40.129.028,71)         | (24.332.013,27)         |
| <b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                  | <b>6.691.598.982,65</b> | <b>6.339.013.027,34</b> |
| <b>Passivo Circulante</b>                            | <b>5.804.772.114,26</b> | <b>5.439.485.898,44</b> |
| Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a CP | 2.003.804,68            | 921.075.076             |
| Pecatórios de Fornecedores a Curto Prazo             | 66.074,49               | 66.074,49               |
| Valores Restituíveis                                 | 5.383.862.601,65        | 5.438.498.748,19        |
| Outras Obrigações a Curto Prazo                      | 418.839.633,44          | 18.583.828,20           |
| <b>Passivo Não-Circulante</b>                        | <b>2.339.318,75</b>     | <b>3.948.601,00</b>     |
| Pecatórios de Pessoal a Pagar                        | 2.056.330,91            | 3.684.303,02            |
| Pecatórios Fornecedores a Longo Prazo                | 282.987,84              | 264.297,98              |
| <b>Patrimônio Líquido</b>                            | <b>884.487.549,64</b>   | <b>895.578.527,90</b>   |
| Resultados Acumulados                                | 884.487.549,64          | 895.578.527,90          |
| Superávits ou Déficits Acumulados                    | 884.487.549,64          | 895.578.527,90          |

Quadro 4: Balanço Patrimonial.

As disponibilidades financeiras estão registradas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, a qual contém recursos próprios (12%) e de terceiros (88%). Dos recursos de terceiros, 87% são constituídos por depósitos judiciais e o restante (1%), destina-se ao pagamento de precatórios municipais e outros valores. Dos recursos próprios, 50,4% serão empregados nas atividades operacionais do Poder Judiciário e 49,6% para o pagamento de precatórios do Estado.

Nas contas de direitos a curto prazo, os créditos decorrentes da participação na RLD, no valor de R\$ 40.500.693,31 deverão ser cancelados a título de dedução de precatórios, pagos pelo Tesouro do Estado, referentes a servidores do Poder Judiciário.

O saldo da conta de adiantamentos concedidos a fornecedores, no valor de R\$ 2.070.929,70, se refere ao contrato de manutenção celebrado com a empresa Elosoft Informática Ltda, CNPJ 86.975.547/0001-28, para o período janeiro de 2018 a junho de 2020.

Na conta Estoques, referente a 2017, estão registrados materiais de consumo e bens móveis, no valor de R\$ 3.720.364,50 e R\$ 6.562.936,76, respectivamente, os quais se encontravam depositados no Almoxarifado Central, na data de fechamento do balanço.

A conta investimentos se refere a participações em Companhias de telefonia, avaliadas pelo método de custo e o imobilizado se subdivide em Bens Móveis, Imóveis e Depreciação Acumulada. A classificação desses bens está demonstrada no quadro seguinte:

| Contas  | 31/12/2017            | 31/12/2016            |
|---|-----------------------|-----------------------|
| <b>Bens Móveis</b>                              | <b>259.435.745,52</b> | <b>249.329.229,13</b> |
| Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas | 38.453.029,39         | 38.011.979,33         |
| Equipamentos de Tecnologia da Informação        | 120.528.653,47        | 110.852.682,77        |
| Móveis e Utensílios                             | 71.458.054,15         | 71.363.538,10         |
| Aparelhos e Utensílios Domésticos               | 508.094,67            | 455.034,66            |
| Máquinas e Utensílios de Escritório             | 14.207.505,75         | 15.210.806,70         |
| Mobiliário em Geral                             | 56.742.453,73         | 55.697.696,74         |
| Coleções e Materiais Bibliográficos             | 15.274.431,58         | 15.422.109,40         |
| Obras de Arte e Peças para Exposição            | 43.457,47             | 800,07                |
| Veículos em Geral                               | 249.949,99            | 249.949,99            |
| Veículos de Tração Mecânica                     | 13.428.169,47         | 13.428.169,47         |

Quadro 5: Bens Imóveis.

Os bens imóveis são compostos por edificações e terrenos, além dos bens em construção e de benfeitorias em propriedades de terceiros, conforme demonstra o quadro seguinte:

| Contas                                    | 31/12/2017            | 31/12/2016            |
|---|-----------------------|-----------------------|
| <b>Bens Imóveis</b>                       | <b>290.508.272,95</b> | <b>266.996.035,79</b> |
| <b>Bens de Uso Especial</b>               | <b>287.549.877,05</b> | <b>264.037.639,82</b> |
| Edificações                               | 232.294.741,60        | 209.142.045,11        |
| Terrenos                                  | 55.255.135,45         | 54.895.594,71         |
| Bens Dominicais                           | 0,01                  | 0,08                  |
| Edificações                               | 0,00                  | 0,05                  |
| Terrenos                                  | 0,01                  | 0,03                  |
| <b>Bens Imóveis em Andamento</b>          | <b>2.950.400,89</b>   | <b>2.950.400,89</b>   |
| Obras em Andamento                        | 2.935.670,89          | 2.935.670,89          |
| Estudos e Projetos                        | 14.730,00             | 14.730,00             |
| Benfeitorias em Propriedades de Terceiros | 7.995,00              | 7.995,00              |

Quadro 6: Bens Imóveis.

Na conta obras em andamento, estão classificados bens em uso, no valor de R\$ 2.935.670,89, por deficiência do sistema de patrimônio. Pelo mesmo motivo, os bens reavaliados em 2015 ainda não foram contabilizados. As obras em andamento estão detalhados no quadro seguinte:

| DESCRIÇÃO                             | 31/12/2017   | 31/12/2016   |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
| Casa da Cidadania de Laurentino       | 299.894,14   | 299.894,14   |
| Casa da Cidadania de Piratuba         | 1.328,61     | 1.328,61     |
| Casa da Cidadania de Victor Meirelles | 252.203,46   | 252.203,46   |
| Casa da Cidadania de Witmarsun        | 296.080,61   | 296.080,61   |
| Gráfica                               | 454.277,98   | 454.277,98   |
| Ed. Almirante Lamego                  | 1.631.886,09 | 1.631.886,09 |

Quadro 7: Obras em andamento.

O saldo das contas de depreciação acumulada atingiu, em 2017, R\$ 85.369.699,29, conforme se demonstra no quadro seguinte:

| Contas  | 31/12/2017           | 31/12/2016           |
|---|----------------------|----------------------|
| <b>(-) Depreciação Acumulada</b>                            | <b>85.369.699,29</b> | <b>64.277.307,00</b> |
| <b>(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis</b>              | <b>76.090.855,92</b> | <b>58.648.484,15</b> |
| (-) Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas         | 5.926.510,22         | 4.507.441,22         |
| (-) Equipamentos de Tecnologia da Informação                | 54.806.547,67        | 41.680.798,09        |
| (-) Móveis e Utensílios                                     | 8.807.627,51         | 6.768.473,31         |
| (-) Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação      | 16.267,85            | 11.296,37            |
| (-) Veículos  | 6.533.902,67         | 5.680.475,16         |
| <b>(-) Depreciação/Amortização Acumulada - Bens Imóveis</b> | <b>9.278.843,37</b>  | <b>5.628.822,85</b>  |
| (-) Deprec. Acum. - Bens de Uso Especial                    | 9.276.121,47         | 5.628.142,15         |

Quadro 8: Depreciação/Amortização Acumuladas.

No intangível, estão registrados softwares adquiridos e ou desenvolvidos desde de janeiro de 2010, no valor de R\$ 97.422.100,44, cuja amortização acumulada é de R\$ 40.129.028,71. Os demais bens dessa natureza, referentes a períodos anteriores, ainda não foram identificados e ou avaliados para fins de registro.

As obrigações com vencimento a curto e longo prazo estão registradas nas contas do passivo. As primeiras se referem, sobretudo, a depósitos judiciais e precatórios extraorçamentários e as de longo prazo, a precatórios do Estado. A conta Valores Restituíveis totaliza R\$ 5.383.862.601,65, cujo detalhamento é o seguinte:

| Contas                                  | 31/12/2017       | 31/12/2016       |
|---|------------------|------------------|
| Cauções                                 | 1.364.262,27     | 1.200.243,09     |
| Depósitos Judiciais                     | 5.343.704.188,91 | 5.396.489.119,28 |
| Depósitos para Pagamento de Precatórios | 38.792.390,47    | 22.116.653,27    |
| Outros depósitos                        | 1.760,00         | 17.304,54        |

Quadro 9: Valores Restituíveis.

As cauções referem-se a garantias contratuais, os depósitos para pagamento de precatórios são oriundos de municípios e órgãos federais e outros depósitos, a devolução de pagamentos a fornecedores. Do valor de depósitos judiciais, foram deduzidas as transferências realizadas a outros entes, nos termos das LCF n.151/2015 e 706/2017, conforme se demonstra no quadro seguinte:

| Ente Federado               | Saldo Atualizado      |
|-----------------------------|-----------------------|
| Estado de Santa Catarina/PE | 905.414.709,62        |
| Município de Campos Novos   | 24.526.330,67         |
| Município de Chapecó        | 12.446.903,37         |
| Município de Criciúma       | 1.083.211,79          |
| Município de Florianópolis  | 14.479.292,96         |
| Município de Içara          | 1.815.023,41          |
| Município de Joinville      | 14.331.104,33         |
| Município de Lages          | 2.004.793,39          |
| Município de Blumenau       | 12.061.491,90         |
| <b>Total</b>                | <b>988.162.861,44</b> |

Quadro 10: Depósitos judiciais em poder de terceiros.

Portanto, considerando os valores em poder de terceiros, R\$ 988.162.861,44, o saldo da conta Depósitos Judiciais Ajustado é de R\$ 6.331.867.050,35. Importante salientar que, quando da conversão dos depósitos judiciais em depósito para pagamento de precatórios, o Tribunal solicitou à Secretaria de Estado da Fazenda, responsável pela administração do SIGEF, a regularização dos eventos necessários para os registros adequados desse fato. No entanto, a solicitação não foi integralmente atendida. Desse modo, a situação supracitada não se encontra demonstrada na contabilidade devido à falta de eventos no sistema.

A conta Outras Obrigações a Curto Prazo totaliza R\$ 418.839.633,44, cujo detalhamento é o seguinte:

| Contas  | 31/12/2017     | 31/12/2016    |
|---|----------------|---------------|
| Indenizações e Restituições Diversas do Exercício | 55.400.781,61  | 0,00          |
| Adiant. p/Pagamentos de Precatórios Regime        | 363.438.851,83 | 18.583.828,20 |

Quadro 11: Outras obrigações de Curto Prazo.

Dos valores registrados na conta Indenizações e Restituições Diversas do Exercício, R\$ 14.906.692,88 se referem a férias e R\$ 40.494.088,73, a licenças-prêmio, totalizando R\$ 55.400.781,61, inscritos em restos a pagar processados. A inscrição dessas indenizações em restos a pagar ocorreu por conta da publicação da Lei n. 17.406, em 28 de dezembro de 2017, e de não ter sido possível o pagamento no dia subsequente, pelo reduzido expediente bancário nessa data.

A conta adiantamentos para pagamento de precatórios do regime especial (R\$ 363.438.851,83) contém valores depositados pelo Tesouro do Estado.

Nas contas do Patrimônio Líquido, foram registrados os seguintes ajustes de exercícios anteriores:

- R\$ 2.530,00 - valor de incorporação do bem de natureza cultural nº 010.436624, baixado indevidamente em 1998 (SPA nº 32013/2017).
- R\$ 2.570,20 - valor de incorporação de bens adquiridos em exercícios anteriores, identificados sem o devido registro (SPAs nº 26249/2016 e 26246/2017).

### 3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

Este demonstrativo apresenta o resultado do período, considerando receitas (variações patrimoniais aumentativas) e despesas (variações patrimoniais diminutivas) pelo regime de competência. As variações estão divididas em quantitativas e qualitativas. O quadro seguinte apresenta este demonstrativo referente aos exercícios de 2017 e 2016:

| ESPECIFICAÇÃO  | 2017                    | 2016                    |
|--|-------------------------|-------------------------|
| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)</b>           | <b>2.837.070.465,81</b> | <b>2.412.248.011,23</b> |
| Cessão do direito de operacionalização da folha de pessoal | 5.284.939,52            | 5.249.267,20            |
| Remuneração de Dep. Bancários e Aplicações Financeiras     | 226.921.920,30          | 305.426.600,74          |
| Variações Monetárias e Cambiais                            | 4.946.172,87            | -                       |
| Transferências Intragovernamentais                         | 2.511.341.674,86        | 2.075.624.401,26        |
| Outras Transferências e Delegações Recebida                | 32.086.819,87           | 23.235.254,71           |
| Ganhos com Incorporação de Ativos                          | -                       | 1.720,18                |
| Ganhos com Alienação de Ativos                             | -                       | 4.000,00                |
| Desincorporação de Passivos                                | -                       | 164.735,53              |
| Multas Administrativas                                     | 227.888,77              | 198.015,03              |
| Indenizações e Restituições                                | 680.349,62              | 2.344.016,58            |
| Fatos Geradores Diversos                                   | 55.580.700,00           | -                       |
| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)</b>            | <b>2.848.166.544,27</b> | <b>2.263.697.417,71</b> |
| Pessoal e Encargos   | 1.519.576.600,03        | 1.239.409.966,04        |
| Remuneração a Pessoal                                      | 996.260.086,39          | 884.470.517,26          |
| Encargos Patronais   | 212.480.181,42          | 170.812.472,54          |
| Benefícios a Pessoal                                       | 156.078.740,15          | 144.402.419,04          |
| Outras Variações - Pessoal e Encargos                      | 154.757.592,07          | 39.724.557,20           |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais                 | 245.885.948,35          | 201.819.975,31          |
| Uso de Material de Consumo e Serviços                      | 125.894.475,11          | 113.723.625,92          |
| Depreciação, Amortização e Exaustão                        | 37.030.606,19           | 33.204.294,44           |
| Juros, Encargos de Mora, Variações Monetárias e Cambiais   | 3.337.175,41            | 242.586,11              |
| Transferências e Delegações Concedidas                     | 852.206.378,84          | 615.983.122,67          |
| Transferências Intragovernamentais                         | 849.441.862,79          | 614.019.073,97          |
| Transferências a Instituições Privadas                     | -                       | 1.000,00                |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas              | 2.764.516,05            | 1.963.048,70            |
| Dev. e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos          | 3.394.145,58            | 5.697.419,74            |
| Perdas com Alienação                                       | -                       | 1.292.601,00            |
| Perdas Involuntárias                                       | 373.070,82              | -                       |
| Incorporação de Passivos                                   | 465.032,22              | -                       |
| Desincorporação de Ativos                                  | 2.556.042,54            | 4.404.818,74            |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria                | 71.242,65               | 26.397,18               |
| Premiações   | 14.897,00               | 2.280,00                |
| Indenizações e Restituições                                | 45.675.068,42           | -                       |
| VPD Decorrente de Fatos Geradores Diversos                 | 15.080.006,69           | 53.587.750,30           |
| <b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>                    | <b>(11.096.078,46)</b>  | <b>148.550.593,52</b>   |

| ESPECIFICAÇÃO         | 2017          | 2016         |
|-----------------------|---------------|--------------|
| Incorporação de Ativo | 46.103.532,08 | 7.213.368,21 |

Quadro 12: Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

Observa-se que as transferências intragovernamentais recebidas em 2017 totalizaram R\$ 2,5 bilhões, cujo detalhamento é o seguinte:

| <b>Descrição</b>                                       | <b>Valor em R\$</b>     |
|--|-------------------------|
| Receita ref. operacionalização da folha de pagamento   | 5.284.939,52            |
| Rendimentos depósitos judiciais - Spred                | 183.858.403,43          |
| Rendimentos de aplicações Financeiras - cta 33000-0    | 26.133.909,05           |
| Rendimentos de aplicações Financeiras - cta 30000-4    | 15.166.181,21           |
| Rendimentos de aplicações Financeiras - cta 31000-X    | 1.763.426,61            |
| Participação na Receita Líquida Disponível             | 1.419.028.628,77        |
| Participação na Receita Fundo Pró-Emprego              | 4.406.798,61            |
| Indenizações e restituições                            | 643.994,17              |
| Multas administrativas                                 | 227.888,77              |
| Repasse de recursos pelo IPREV-Fundo Financeiro        | 238.518.799,88          |
| Transf. depós. judiciais para pagamento de precatórios | 509.167.194,21          |
| Rendimentos de aplicações Financeiras 24-7             | 3.392.317,72            |
| Transf. entre contas bancárias                         | 100.407.915,51          |
| NE pagos estornados                                    | 3.341.277,40            |
| <b>Total</b>   | <b>2.511.341.674,86</b> |

Quadro 13: Transferências intragovernamentais.

Do montante das transferências intragovernamentais, R\$ 336.827.935,67 aparecem em outras rubricas, representando duplicidades; R\$ 512.559.511,93 referem-se a valores recebidos para pagamento de precatórios do Estado, incluindo as atualizações. Destaca-se que os recebimentos financeiros pelo TJ foram contabilizados simultaneamente como receita e despesa. Também, verificou-se que a conta Fatos Geradores Diversos se refere a créditos de participação na RLD não realizados. O quadro 14 apresenta o detalhamento dessas exclusões:

| <b>Descrição</b>                                       | <b>Valor em R\$</b>   |
|--|-----------------------|
| Receita ref. operacionalização da folha de pagamento   | 5.284.939,52          |
| Rendimentos financeiros                                | 226.921.920,30        |
| Indenizações e restituições                            | 643.994,17            |
| Multas administrativas                                 | 227.888,77            |
| Transf. entre contas bancárias e estornos NE pagas     | 103.749.192,91        |
| Transf. depósitos judiciais para precatórios           | 509.167.194,21        |
| Rendimentos financeiros da conta de precatórios        | 3.446.732,91          |
| Devolução de precatórios pagos indevidamente           | 54.415,19             |
| <i>Exclusões das Transf. Intragovernamentais</i>       | <i>849.496.277,98</i> |
| Atual. precatórios e estornos de lançamentos indevidos | 4.946.172,87          |
| Fatos geradores diversos                               | 55.580.700,00         |
| <i>Outras exclusões</i>                                | <i>60.526.872,87</i>  |
| <b>Total - Exclusões das VPAs</b>                      | <b>910.023.150,85</b> |

Quadro 14: Exclusões das VPAs

Portanto, considerando exclusivamente as operações do TJ, o valor das receitas é de R\$ 1.927.119.789,89, conforme demonstra o quadro seguinte:

| <b>Descrição</b>                                      | <b>Valor em R\$</b>     | <b>Perc.</b>   |
|---|-------------------------|----------------|
| Receita ref. operacionalização da folha de pagamento  | 5.284.939,52            | 0,27%          |
| Rendimentos de aplicações financeiras                 | 226.921.920,30          | 11,77%         |
| Participação na Receita Líquida Disponível            | 1.419.028.628,77        | 73,63%         |
| Participação na Receita Fundo Pró-Emprego             | 4.406.798,61            | 0,23%          |
| Indenizações e restituições                           | 680.349,62              | 0,04%          |
| Multas administrativas                                | 227.888,77              | 0,01%          |
| Repasse de recursos pelo IPREV-Fundo Financeiro       | 238.518.799,88          | 12,38%         |
| Bens recebidos em doação e transf. de estoques do FRJ | 32.086.819,87           | 1,66%          |
| <b>Total</b>  | <b>1.927.156.145,34</b> | <b>100,00%</b> |

Quadro 15: VPA (receitas) Efetivas.



Observa-se que, a participação na receita do Estado representa 73,86% das receitas efetivas, seguida das transferências do Fundo Financeiro para o pagamento de inativos, que atingem 12,38%, e os rendimentos financeiros, que representam 11,77%.

As variações patrimoniais diminutivas (despesas) apresentadas na DVP totalizaram R\$ 2.848.166.544,27, conforme se demonstra a seguir:

| <b>PESSOAL E ENCARGOS</b>  | <b>VPD</b>              | <b>VPD efetivas</b>     | <b>Perc.</b> |
|----------------------------|-------------------------|-------------------------|--------------|
| Gastos com pessoal ativo   | 1.517.535.391,86        | 1.517.535.391,86        | 77%          |
| Gastos com pessoal inativo | 247.927.156,52          | 247.927.156,52          | 13%          |
| Outras despesas            | 214.845.235,74          | 214.845.235,74          | 10%          |
| Exclusões                  | 867.858.760,15          | -                       | 0%           |
| <b>Total Despesas</b>      | <b>2.848.166.544,27</b> | <b>1.980.307.784,12</b> | <b>100%</b>  |

Quadro 16: VPD (despesas) Totais e Efetivas.

As despesas com pessoal demonstradas no quadro 12 incluem R\$ 155.778,43 de indenizações e restituições e R\$ 1.885.429,74 de contribuições a plano de saúde, pagos a inativos, totalizando R\$ 1.519.576.600,03, conforme o quadro seguinte apresenta:

| <b>Regime/Situação</b>                  | <b>Valor em R\$</b>     | <b>Perc.</b>  |
|---|-------------------------|---------------|
| Regime Próprio da Prev. Social - RPPS   | 1.396.722.439,14        | 91,9%         |
| Regime geral da Prev. Social - RGPS     | 111.826.573,80          | 7,4%          |
| Militares a serviço do Poder Judiciário | 8.986.378,92            | 0,6%          |
| Inativos - indenizações/plano de saúde  | 2.041.208,17            | 0,1%          |
| <b>Total</b>                            | <b>1.519.576.600,03</b> | <b>100,0%</b> |

Quadro 17: Gastos com pessoal.

Outras despesas, no valor de R\$ 214.845.235,74, se referem aos gastos descritos no quadro seguinte:

| <b>Despesas Diversas</b>                    | <b>Valor</b>          | <b>Perc.</b>  |
|---|-----------------------|---------------|
| Serviços de pessoas jurídicas               | 77.973.030,06         | 36,29%        |
| Serviços de pessoas físicas                 | 33.227.437,98         | 15,47%        |
| Material de Consumo                         | 9.730.208,47          | 4,53%         |
| Diárias                                     | 4.963.798,60          | 2,31%         |
| Depreciação, Amortização e Exaustão         | 37.030.606,19         | 17,24%        |
| Juros e encargos                            | 284,74                | 0,00%         |
| Doações concedidas                          | 2.764.516,05          | 1,29%         |
| Desvalorização e perdas ref. bens           | 2.929.113,36          | 1,36%         |
| Dívida junto à Previdência Social           | 465.032,22            | 0,22%         |
| Taxas e Contribuições de Melhoria           | 71.242,65             | 0,03%         |
| Premiações                                  | 14.897,00             | 0,01%         |
| Outras Indenizações                         | 19.754.879,97         | 9,19%         |
| Outras Restituições                         | 14.874.761,66         | 6,92%         |
| Restituição por assist. médica/odontológica | 7.917.754,72          | 3,69%         |
| Ajuda de custo                              | 3.127.672,07          | 1,46%         |
| <b>Total</b>                                | <b>214.845.235,74</b> | <b>100,0%</b> |

Quadro 18: Outras Despesas.

Observa-se que as indenizações e restituições inclusas no quadro 18, no valor total de R\$ 34.629.641,63, foram pagas a pessoal ativo e inativo. Na apuração das despesas operacionais, foram excluídos R\$ 3.336.890,67, por se tratarem de registros de controle não representativos de despesas; R\$ R\$ 336.827.935,67 do valor de transferências intragovernamentais, por duplicidade, além de outros valores, conforme se demonstra no quadro 19:

| <b>Descrição</b>   | <b>Valor em R\$</b>   |
|--|-----------------------|
| Variações mon. Cambiais  | 3.336.890,67          |
| Correspondência de Créditos - Repasses/OB Extra e estorno de NE          | 103.749.192,91        |
| Mov. Fundos a Créditos Próprios - Inc./Desinc. de Saldos/não Financeiros | 233.078.742,76        |
| Precatórios Regime Especial  | 512.613.927,12        |
| Débitos de participação na RLD não recebidos                             | 15.080.006,69         |
| <b>Total</b>   | <b>867.858.760,15</b> |

Quadro 19: Exclusões das VPD (Despesas).

Portanto, considerando as exclusões das VPAs (Receitas) e das VPDs (Despesas), o resultado operacional do exercício 2017 está demonstrado no quadro seguinte:

| <b>ESPECIFICAÇÃO</b>   | <b>2017</b>             |
|--|-------------------------|
| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>                       | <b>1.927.156.145,34</b> |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos                  | 5.284.939,52            |
| Remuneração de Dep. Bancários e Aplic. Financeiras               | 226.921.920,30          |
| Transferências Intragovernamentais                               | 1.661.954.227,26        |
| Outras Transf. e Delegações Recebidas (bens recebidos em doação) | 32.086.819,87           |
| Multas Administrativas   | 227.888,77              |
| Indenizações e Restituições                                      | 680.349,62              |
| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>                        | <b>1.980.307.784,12</b> |
| Pessoal e Encargos   | 1.519.576.600,03        |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais                       | 245.885.948,35          |
| Uso de Material de Consumo e Serviços                            | 125.894.475,11          |
| Depreciação, Amortização e Exaustão                              | 37.030.606,19           |
| Juros e Variações Monetárias e Cambiais                          | 284,74                  |
| Transferências e Delegações Concedidas                           | 2.764.516,05            |
| Transferências Intragovernamentais                               | -                       |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas                    | 2.764.516,05            |
| Desv. e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos               | 3.394.145,58            |
| Perdas Involuntárias   | 373.070,82              |
| Incorporação de Passivos   | 465.032,22              |
| Desincorporação de Ativos  | 2.556.042,54            |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria                      | 71.242,65               |
| Premiações   | 14.897,00               |
| Indenizações e Restituições                                      | 45.675.068,42           |
| <b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>                          | <b>- 53.151.638,78</b>  |
| Depreciação, Amortização e Exaustão (DAE)                        | 37.030.606,19           |
| <b>RESULTADO DO PERÍODO (sem DAE)</b>                            | <b>- 16.121.032,59</b>  |

Quadro 20: DVP Ajustada.

Verifica-se que o resultado negativo de R\$ 11.096.078,46, apresentado na DVP extraída do SIGEF informa um valor menos desfavorável devido, principalmente, às receitas registradas, mas que não serão realizadas. Além disso, observa-se que os gastos com depreciação e amortização dos bens implicam em sua reposição, o que ocorre com recursos do Fundo de Reparelhamento de Justiça, tendo, por isso, o resultado sido ajustado. Outros gastos que causaram impacto nesse resultado, se comparados com o exercício anterior, foram as indenizações e restituições, no valor de R\$ 45.675.068,42.

#### 4. Declarações de Regularidade de Inventário

As declarações de regularidade do inventário dos materiais e bens móveis em almoxarifado e físico de bens móveis permanentes foram apresentadas com ressalvas, haja vista a existência de inconsistências ou irregularidades. As providências estão sendo tomadas administrativamente, conforme informações extraídas desses documentos.

ELLEN WHITE BAIENSE CONCENÇO  
 Contadora do Tribunal de Justiça  
 CRC 021875